



Projeto de Resolução n.º 888/XV/2.^a

CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO/REABILITAÇÃO DE ESCOLAS

Exposição de motivos

A 22 de julho de 2022 o Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP) assinaram o acordo setorial de compromisso para a descentralização nos domínios da educação e da saúde, mediante o qual o Governo se comprometeu a realizar até 2030 intervenções de recuperação, reabilitação e ampliação em 451 escolas, considerados estabelecimentos a necessitar de intervenção urgente, mediante um cronograma a apresentar e a acompanhar pela ANMP.

No mesmo mês, a Ministra da Coesão Territorial mencionava a priorização das escolas, com 32 a serem consideradas muito urgentes e 303 urgentes, indicando que “vão ser a prioridade absoluta” do Governo. Entretanto, a 15 de novembro, a Ministra afirmou que os avisos para o financiamento das intervenções nas escolas seriam abertos até ao final do ano de 2022, recorrendo a fundos do mecanismo extraordinário de antecipação do PT 2030.

Já em fevereiro de 2023 a Iniciativa Liberal apelou numa iniciativa parlamentar ao cumprimento deste programa de intervenção do edificado escolar, iniciativa que mereceu ampla aceitação dos partidos políticos, à exceção do voto contra do PS.

Contudo, decorrido quase um ano desde a assinatura do acordo, as autarquias locais constataram que o executivo ainda não tinha dado informação e instruções sobre o financiamento nem tinha definido a calendarização para as intervenções e remodelações que prometeu.



Tendo em conta este histórico, é com perplexidade que, um ano após a assinatura do acordo entre Governo e ANMP, a Iniciativa Liberal vê a assinatura e divulgação de um novo acordo que estabelece os compromissos em matéria de financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas, com extensão até 2033, ignorando no discurso público que já havia um acordo incumprido e que há um adiar de prazo.

A Educação deveria ser prioritária e mais uma vez o Governo falha na implementação concreta e atempada das suas promessas. O discurso sobre a valorização da Escola Pública esbarra na realidade da desvalorização pelo Governo, inclusive no cumprimento de um elemento tão básico como a intervenção em escolas, que admite ser muito urgente. O Governo tem falhado na missão, dotação orçamental e priorização, e agora, quando finalmente tinha prometido, volta a ser incapaz de cumprir atempadamente as promessas feitas.

Assim, tendo em consideração o acima exposto, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Resolução

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que:

1. Divulgue expressamente qual o edificado a ser intervencionado ao abrigo do disposto no acordo setorial e a situação atual da fase de intervenção.
2. Divulgue com urgência o cronograma de recuperação, reabilitação e ampliação de edifícios escolares, conforme consta da cláusula terceira do acordo setorial de compromisso para a descentralização nos domínios da educação e da saúde.



3. Garanta a disponibilização de informação para acompanhamento do cumprimento da execução do plano.

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Carla Castro

João Cotrim Figueiredo

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha